

# Clipping Diário

TJPI



13.12.2018



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
G1	13/12/18	-	

#### **Temendo perda de direitos, casais LGBT antecipam casamento em Teresina**

Casais têm antecipado o casamento temendo a perda de direitos, segundo organização não-governamental que presta assessoria jurídica a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Casais LGBT do Piauí têm antecipado o casamento temendo a perda de direitos, de acordo com o Grupo Matizes, uma organização não-governamental (ONG) que presta assessoria jurídica a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros no estado. A coordenadora do grupo, Marinalva Santana, informou ao G1 que a procura por orientações para oficialização da união aumentou após as eleições deste ano.

A demanda levou o Matizes a organizar um casamento coletivo. A cerimônia ocorreu nesta quarta-feira (12), no Tribunal de Justiça do Piauí, em Teresina. Segundo Marinalva Santana, o evento é uma forma de reiterar o direito adquirido há pouco mais de sete anos.

“É uma reafirmação da importância do direito, de a gente viver nosso amor sem medo e sem culpa. Foi um direito conquistado em 2011, com decisão do STF e garantido em 2013 pelo CNJ. Mas que agora, com o novo governo, isso esteja sob ameaça”, informou Marinalva Santana.

Esse foi o terceiro casamento coletivo organizado pelo Matizes. O primeiro foi realizado em 2013, logo após a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga cartórios de todo o Brasil a celebrar casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.



#### Perda de direitos

O casamento homoafetivo se tornou uma realidade quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, em 2011. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que obriga os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e converter a união estável homoafetiva em casamento.

No entanto, ainda não existe uma legislação para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que, segundo o Matizes, preocupa muitos LGBTs. "É importante que se tenha isso pelo próprio hábito dos operadores de direito de que se não está na lei não existe. Mas eu penso que esse é um direito que já conquistamos e que mesmo que existam retrocessos, não vão conseguir nos tirar", informou Marinalva Santana.

A presidente da comissão da diversidade Sexual da OAB-PI, Ana Carolina Magalhães, explicou que o posicionamento do STF tem força de lei, mas que uma legislação voltada para isso daria mais segurança aos casais. "Seria o ideal, porque não existe a mesma segurança jurídica que a de um casal heterossexual. Até então, nossos congressistas não tiveram a disposição de fazer isso", disse.

A advogada contou que as pessoas estão com o receio de que sem o casamento elas não possam ser reconhecidas como sucessoras dos seus companheiros e não possam se habilitar para receber benefícios previdenciários. "Até para contratar um plano de saúde o fato de ser casado demonstra de forma muito mais cabal do que uma união estável que não está formalizada", pontuou.